

COVID-19: Portugal lidera vacinação na UE, mas “marca passo” na incidência de infeções

[N.N./Lusa](#)

26 ago 2021 15:57

Portugal lidera a vacinação contra a COVID-19 na União Europeia, mas “marca passo” no número de infeções, uma situação que o investigador Miguel Castanho alerta que pode ter impacto no outono, quando o vírus terá “condições ótimas” de propagação.



EPA/CHAMILA KARUNARATHNE

“No outono regressam as condições ótimas para a propagação de vírus respiratórios. Se não completarmos o plano de vacinação e ou não fizermos baixar muito a incidência até lá, dificilmente teremos uma evolução favorável nos próximos meses”, adianta à Lusa o investigador do Instituto de Medicina Molecular.

Se Portugal lidera a percentagem de pessoas que receberam pelo menos uma dose de vacina contra a covid-19 entre os países da União Europeia (82,05%), os dados de hoje do `site´ estatístico Our World on Data colocam também o país nos lugares cimeiros – sexto entre 27 – na média diária de casos nos últimos sete dias por milhão de habitantes (228.34).

Acima de Portugal neste indicador estão apenas a Irlanda, que lidera com 374.4, o Chipre (350.71), a Grécia (313.74), a França (309.42) e a Estónia (230.14).

Os dados nacionais mais recentes indicam que Portugal tem já 72% da população com a vacinação completa e 80% com pelo menos uma dose de vacina contra a covid-19, mas também apresenta uma taxa de incidência de infeções nos últimos 14 dias de 312,8 a nível nacional.

“A vacinação não constitui uma garantia por si só contra a covid-19. É uma arma importante, mas, enquanto o vírus circular com alguma abundância como é o caso atual, não estamos verdadeiramente numa situação que possamos considerar positiva”, alerta Miguel Castanho.

De acordo com o investigador do Instituto de Medicina Molecular da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, ainda existe cerca de 30% da população com mais de 16 anos sem vacinação completa, a que se junta uma elevada percentagem de crianças e jovens que estão na mesma situação.

“No total teremos cerca de 40% a 50% da população total sem vacinação ou sem vacinação completa. Estes 40% a 50% são uma fração populacional muito considerável, capaz prolongar a multiplicação do vírus, sobretudo no contexto atual, em que o vírus é muito abundante e, portanto, muita gente contacta com o vírus”, salientou o bioquímico.

Como uma das causas para a manutenção da elevada incidência de casos, Miguel Castanho aponta a variante Delta, responsável por 100% das infeções por SARS-CoV-2 no país, segundo os últimos dados do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA).

Esta variante “veio piorar muito a situação, porque se sabe que uma dose das vacinas confere proteção muito baixa e que, mesmo nas pessoas totalmente vacinadas, existe uma quebra de eficácia da vacina da ordem dos 13% face à variante do Reino Unido”, adianta o especialista.

Além disso, verificou-se uma “perceção geral”, sobretudo nos mais jovens, que as “medidas de desconfinamento e a forma eufórica como foram apresentadas, sinalizam um fim de ciclo de pandemia”, refere Miguel Castanho, para quem o “relaxamento das atitudes, na sequência desta perceção, levou a incidência a disparar entre os mais jovens”.

“Creio que este terá sido um fator determinante para que o verão não tenha sido devidamente aproveitado para fazer baixar a incidência. Avançamos numa frente [vacinação] mas marcamos passo na outra [incidência]. Deveríamos chegar ao outono com ambas as batalhas ganhas, mas não podemos dar esses objetivos como certos neste momento”, alerta.

Perante isso, o professor catedrático de bioquímica admite que Portugal corre o risco de não poder “dar por terminada a pandemia antes da chegada do inverno”.

Já para o virologista José Miguel Pereira, as infeções por SARS-CoV-2 vão continuar a ocorrer, mas deverão evoluir para uma situação endémica com um número constante de

novas infeções, mas que se “revelam, na maioria dos casos, benignas ou assintomáticas, isto é, banais”.

“Na realidade, temos vários vírus da mesma família do SARS-CoV-2 que se comportam dessa forma: causam infeções das vias respiratórias que em geral são controladas pelo indivíduo infetado não causando patologias graves”, adianta o especialista, que se manifesta convencido que “assim será”, devido ao elevado número de vacinados e à evolução da pandemia ao longo de 20 meses.

Segundo disse à Lusa o investigador da Unidade da Interação Hospedeiro-Patogeno do Instituto de Investigação de Medicamentos (iMed.Ulisboa) da Universidade de Lisboa, o equilíbrio entre a capacidade infecciosa do vírus e as capacidades de controlo imunológico por parte do infetado permitirá ditar o fim da pandemia.

“Nesta altura, deixará de haver restrições para a maioria da população e assim passará a ser mais um vírus associado a infeções respiratórias, provavelmente com um aumento de casos nos meses mais frios e com atualizações da vacina para eventuais variantes novas que possam surgir”, perspetiva o virologista.

O especialista defende também a “necessidade de rever os testes de diagnóstico” PCR, de alta sensibilidade e que, por essa razão, dão resultados positivos em amostras contendo quantidades de vírus muito pequenas, o que considera útil quando não existe um número significativo de vacinados, quando é necessário fazer um controlo apertado de um surto e perante uma situação de confinamento.

“Já não estamos em nenhuma dessas situações e a maioria dos novos casos de infeção não tem relevo clínico - porque serão maioritariamente assintomáticas ou benignas -, nem mesmo epidemiológico, porque as cargas virais são baixas e, por consequência, a probabilidade de transmissão é igualmente baixa” face a grande percentagem de vacinados, refere.

Perante isso, “deixa de fazer sentido termos o diagnóstico feito por PCR, quando podemos fazer esse diagnóstico, nos casos em que haja sintomas, por outras formas como por exemplo o uso da deteção de antigénio viral”, adianta José Miguel Pereira, ao salientar que o teste deteta as pessoas que estão doentes ou que têm cargas virais mais elevadas e que, por isso, são mais transmissoras da infeção.

Em Portugal, desde março de 2020, morreram 17.689 pessoas e foram contabilizados 1.028.421 casos de infeção confirmados, segundo dados da Direção-Geral da Saúde.

A doença respiratória é provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, detetado no final de 2019 em Wuhan, cidade do centro da China, e atualmente com variantes identificadas em países como o Reino Unido, Índia, África do Sul, Brasil ou Peru.